

Investigação Filosófica: vol. 1, n. 2, artigo digital 3, 2011.

SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL NA OBRA DE KANT

Cidiane Aracaty Lobato

Pontifícia Universidade Católica / RJ

Nas obras *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, *Crítica da Razão Prática*, *Metafísica dos Costumes* e *Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático*, Kant defende sua Filosofia Moral fundada no que cunhou como sendo a razão prática. De fato, assim como na Teoria do Conhecimento, Kant inicia a discussão sobre a Moral a partir de uma crítica da razão prática, embora, neste caso, divida este passo primeiro em duas etapas: a fundamentação da metafísica dos costumes ou a crítica da razão pura prática, antes de seguir à crítica da razão prática propriamente dita. Mais especificamente, é no Prefácio da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* que o filósofo se atém à questão sobre se no fundamento da moralidade deve haver uma metafísica dos costumes ou uma antropologia. Este trabalho objetiva a interpretação desta última obra tendo em vista uma resposta introdutória à questão sobre os fundamentos da Moral na obra de Kant.

Para uma resposta introdutória à questão sobre os fundamentos da Moral em Kant, pensamos que seja conveniente esclarecer inicialmente *algumas definições* propostas pelo filósofo, incluindo a moralidade, uma metafísica dos costumes e uma antropologia. Para isso, como ponto de partida, tenhamos em mente que, dentro do conjunto das principais questões tratadas por Kant em sua obra, – «O que posso conhecer?», «O que devo fazer?», «O que posso esperar?» e «O que é o homem?» –, as definições anteriores estão presentes principalmente no campo da Filosofia Moral ou da Ética, e, sendo assim, são operadas no discurso principalmente quando Kant tem em vista o objetivo de responder à questão «O que devo fazer?». Entretanto, sabemos que *outras definições* não são pertinentes a um ou outro campo da filosofia de Kant, mas são recorrentes em todo o percurso de elaboração de suas obras. Especificamente, definições como crítica, razão e metafísica são *fundamentais* em Kant, isto é, fundam a filosofia

de Kant e, por esta razão, são operadas em todo o conjunto do pensamento kantiano, o qual é apresentado no texto das seguintes obras principais: *Dissertação sobre a forma e os princípios do mundo sensível e inteligível* (1770), *Crítica da Razão Pura* (1781), *Prolegômenos para toda metafísica futura que se apresente como ciência* (1783), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), *Crítica da Razão Prática* (1788), *Metafísica dos Costumes* (1797) e *Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático* (1798).

De fato, a obra de Kant começa em resposta à questão «O que posso conhecer?» ou, mais precisamente, ao questionamento de «Como é possível o conhecimento científico?», e se desenvolve a partir da resposta que Kant elabora para tratar desta questão em títulos como *Dissertação sobre a forma e os princípios do mundo sensível e inteligível* (1770), *Crítica da Razão Pura* (1781) e *Prolegômenos para toda metafísica futura que se apresente como ciência* (1783). Nestes textos, Kant defende, em resumo: (1) uma razão pura, – *teórica* ou *prática*, mas que, para o caso do conhecimento, é especificamente *teórica* –, isto é, uma razão constituída pelas formas *a priori* do entendimento e da sensibilidade do *sujeito transcendental*, ou ainda, uma razão que opera a partir do que Kant define como sendo a Analítica e a Estética Transcendental (Kant tratará da *razão pura prática* nas obras sobre a moralidade ou, mais especificamente, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e na *Crítica da Razão Prática*); (2) a crítica de uma razão pura (*teórica*) como ponto de partida para a definição de uma metafísica do conhecimento ou uma metafísica fundada nas possibilidades de conhecimento *a priori* pelo *sujeito transcendental*; (3) um conhecimento apriorístico do empírico, isto é, um conhecimento que embora seja independente de toda e qualquer experiência do *sujeito transcendental*, portanto, *a priori*, sendo fundado apenas na *razão pura*, só pode ser conhecimento de realidades empíricas.

Postas as definições anteriores para fins de esclarecimento de nossa argumentação neste trabalho, agora já podemos dissertar em favor do fundamento da moralidade como sendo uma metafísica dos costumes ou uma antropologia prática. Para isso, passemos à análise de definições do campo da Filosofia Moral tais como introduzidas por Kant no *Prefácio* da obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785). Primeiramente, tenhamos em mente que Kant chama *Ética*, *Teoria dos Costumes* e *Filosofia Moral* para a mesma divisão da Filosofia que

trata das *leis da liberdade* («O que devo fazer?») e podemos dizer isso quando em frente às seguintes afirmações extraídas diretamente do texto:

(α) a *Ética* chama-se também a *Teoria dos Costumes*;

(β) a *Filosofia Moral* não é uma filosofia *formal*, ou melhor, é uma filosofia *material*, pois que se ocupa de objetos determinados e das leis a que eles estão submetidos, estas últimas chamadas *leis da liberdade*;

(γ) a *Filosofia Moral* trata das leis segundo as quais tudo *deve acontecer*, mas ponderando as condições sob as quais muitas vezes *não acontece o que devia acontecer*.

Agora, atentemos à noção de divisão da Filosofia Moral em uma parte empírica e em uma parte pura a partir das várias afirmações sobre a Filosofia em geral:

(δ) uma filosofia é *empírica* quando se baseia em *princípios da experiência*;

(ϵ) uma *filosofia* é *pura* se suas doutrinas se apóiam em princípios *a priori*;

(ζ) uma *filosofia pura* é *metafísica* quando se limita a determinados *objetos do entendimento*.

E a inferência a partir das afirmações anteriores de que a Filosofia Moral (a Teoria dos Costumes ou a *Ética*) pode ser subdividida em uma metafísica e em uma antropologia:

(η) a *Filosofia Moral* pode ter a sua parte *empírica*, porque ela tem de determinar as leis da vontade do homem enquanto ela é *afetada* pela natureza;

(θ) a *Ética* terá portanto a sua parte empírica, mas também uma parte racional; na *Ética*, a parte empírica se poderia chamar *Antropologia prática*, enquanto a racional seria a *Moral* propriamente dita.

Até este ponto, temos então a subdivisão da Filosofia Moral, mas não sabemos nada a respeito dos princípios do dever-ser; isto é, não sabemos nada sobre a fundamentação da moralidade. Somente na citação a seguir encontramos os primeiros indícios (em forma de

questionamento) de que, para a fundamentação da moralidade, deva haver uma metafísica dos costumes:

[...] aqui limito-me a perguntar se a natureza da ciência não exige que se distinga sempre cuidadosamente a parte empírica da parte racional e que se anteponha [...] à Antropologia prática uma Metafísica dos Costumes, que deveria ser cuidadosamente depurada de todos os elementos empíricos, para se chegar a saber de quanto é capaz em ambos os casos a razão pura e de que fontes ela própria tira o seu ensino *a priori*.

Segundo no texto do Prefácio, percebemos que Kant passa a ser mais claro com respeito à fundamentação da moralidade, pois, primeiramente, argumenta que, se a Moral não é obrigação apenas dos homens, mas de todos os seres racionais, não só não pertence à Antropologia, mas deve ter escopo mais amplo do que esta, o que, segundo Kant, só poderia ser alcançado através de uma metafísica. Em segundo lugar, que para a fundamentação da moralidade haja uma metafísica dos costumes, válida para todos os seres racionais, a Filosofia deve ser alicerçada em princípios *a priori*, isto é, deve haver uma Filosofia Moral pura, isto é, uma filosofia moral depurada de tudo o que possa ser somente empírico e pertença à Antropologia, e, por assim dizer, fundada apenas na razão pura, portanto, necessariamente metafísica. Neste ponto, poderíamos objetar que a Moral não poderia ser puramente racional, visto que, para a sua aplicação e eficácia, deveria haver uma faculdade de julgar *apurada pela experiência*; entretanto, a experiência teria aqui a função apenas de possibilitar a distinção dos casos em que as leis morais, – sempre apriorísticas –, têm aplicação para, desta forma, assegurar-lhes a eficácia na sua prática. Em outras palavras, a experiência não tocaria a metafísica dos costumes, mas apenas questões específicas da antropologia prática.

Outro argumento em favor da fundamentação da moralidade a partir de uma metafísica dos costumes diz respeito à necessidade de uma razão pura prática, uma vez que, no caso contrário, os costumes são facilmente pervertidos e de um modo tal que concorrem contra a sua própria finalidade. Mais precisamente, não se trata apenas de agir em conformidade com uma lei moral *a priori*, mas de reconhecê-la como necessária na prática, e, sendo assim, respeitá-la,

amá-la, exatamente porque necessária. Além disso, como último argumento, Kant acrescenta, agora claramente, o pressuposto de que não se deva buscar nenhuma outra fundamentação da Filosofia Moral senão numa metafísica dos costumes, porque a Filosofia, – não só a Moral –, é sempre fundada na razão pura.

[...] aquela que mistura os princípios puros com os empíricos não merece mesmo o nome de filosofia (pois esta distingue-se do conhecimento racional comum exatamente por expor em ciência à parte aquilo que este conhecimento só concebe misturado); merece ainda muito menos o nome de Filosofia moral, porque, exatamente por este amálgama de princípios, vem prejudicar a pureza dos costumes e age contra sua própria finalidade.

Portanto, da mesma forma como procede no campo do conhecimento, para a resposta à questão «O que devo fazer?», Kant desenvolve sua Filosofia Moral a partir de operações sobre as definições de *razão pura*, *metafísica* e *prática*, o que redundará, neste caso, na elaboração de uma metafísica dos costumes e de uma antropologia prática. Além disso, assim como no campo do *conhecimento*, Kant também inicia a discussão na Moral a partir de uma crítica da razão prática, embora, neste caso, divida este passo em duas etapas, a saber: a fundamentação da metafísica dos costumes ou a crítica da razão pura prática, antes de seguir à crítica da razão prática propriamente dita. Em outras palavras, no conjunto das obras *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), *Crítica da Razão Prática* (1788), *Metafísica dos Costumes* (1797) e *Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático* (1798), Kant defenderá a sua Filosofia Moral fundada na chamada razão prática, que, em resumo, pode atuar (1) especificamente a partir das leis universais, necessárias, válidas para todos os seres racionais, – chamadas leis morais –, porque originadas na *razão pura*, ou são provenientes de uma metafísica dos costumes, – esta, pois, o fundamento da moralidade –, (2) como também a partir das leis derivadas dos princípios *a priori* da razão pura que fundamentam a moralidade para a eficácia de sua aplicação na *prática do homem*, – e que são, por assim dizer, objeto específico de uma subdivisão da Filosofia Moral chamada antropologia prática.

Referências

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden & Udo B. Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e outros escritos*. Trad. Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KANT, I. *Crítica da Razão Prática*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.